

*João Caupers*

### **Dias infelizes**

Os meios de comunicação referiram recentemente os nomes de dois juristas que iriam integrar o Tribunal Constitucional, um deles indicado pelo PS, o outro pelo PSD. Os nomes apontados suscitaram viva admiração no seio da comunidade jurídica, espanto que se manifestou, designadamente, em comentários correndo na internet.

Nada me movendo contra as pessoas em causa que, não conhecendo pessoalmente, tenho de julgar estimáveis, não posso deixar de reflectir sobre o significado de tal nomeação.

O Tribunal Constitucional é o guardião da Constituição. É sobre ele que recai a pesada tarefa de procurar evitar desmandos legislativos, susceptíveis de relegar a lei fundamental para um estatuto meramente simbólico. Por isso, a composição do Tribunal é um elemento essencial do regime democrático, convindo que o integrem juristas de elevada competência, larga experiência e, sobretudo, espíritos livres e isentos, imunes a influências políticas e outras.

Com uma ou outra excepção pontual, tem sido assim. Esperar-se-ia, pois, que as nomeações recaíssem sobre pessoas com aquelas características, em nome do prestígio do Tribunal e das nobres funções que exerce.

Mas desta feita não parece ser assim. Dos juristas em questão pouco se sabe, ao menos enquanto cultores da ciência jurídica: um é um político profissional, antigo autarca e ex-membro de governos, incluindo de um bem recente; o outro é advogado e comentador de um canal de televisão. Nenhum deles se distingue pela relevância da produção jurídica escrita (escassa no segundo caso, escassíssima no primeiro), nem parecem corresponder ao perfil habitual e desejável dos membros do Tribunal Constitucional – seja no plano da competência, seja no da isenção (sobretudo se recordarem os nomes de distintíssimos académicos e magistrados que já integraram, ou ainda integram, o Tribunal).

*João Caupers*

Porque terá sido assim, desta vez?

Uma primeira resposta, plausível, será, bom os tempos estão difíceis e não se conseguiu gente mais qualificada.

Isso pode ser uma parte da verdade. Mas não creio que seja a principal parte da verdade. Essa será, desgraçadamente, bem mais séria e mais triste.

A verdade é que a Constituição da República vem perdendo, nos últimos tempos, valor e peso, enquanto instrumento jurídico fundamental da colectividade nacional. Agora o que interessa, acima de tudo - e, portanto, também da Constituição -, é o malfadado Memorando de Entendimento ou, o que ainda é pior, a interpretação que dele faz o Governo.

Pouco importam os direitos fundamentais, como o direito à retribuição do trabalho, e os princípios fundamentais, como o da igualdade de e o da protecção da confiança, caricaturados e desprezados pela “comissão nacional” mandatada por Bruxelas e Berlim para reduzir, em nome dos credores, o défice das contas públicas do país, nem que seja à custa da destruição da capacidade produtiva nacional e da nossa sobrevivência. Se o governo efectivo do país já não está em Lisboa, por que haverá a lei fundamental de continuar a ser a nossa Constituição?

Com a Constituição substituída por um acordo internacional, celebrado em evidente estado de necessidade, para que serve um Tribunal Constitucional? E porque hão-de os seus membros ser competentes e isentos?

O que interessa é ter naquele que querem que seja o “Tribunal da Troika” comissários jurídico-políticos que não criem dificuldades a quem administra a nossa insolvência, tolerando a subversão do sistema jurídico português e condescendendo com a degradação das relações entre o poder e os cidadãos.

Convirá, porém, que os que em nós mandam tenham em conta que a existência do Tribunal Constitucional, bem como de outras instâncias de controlo que se querem livres e independentes, não é apenas uma exigência do Estado de direito: trata-se de

*João Caupers*

instrumentos que, condicionando desejavelmente o poder, veiculam as angústias, as frustrações, o descontentamento dos cidadãos, no quadro do mesmo Estado de direito.

Se os cidadãos adquirirem a percepção, certa ou errada, de que são, afinal, mecanismos inúteis e ineficazes, do mundo do "faz de conta", mais cedo ou mais tarde terão a tentação de reagir por outros meios, mais contundentes e menos conformes ao Estado de direito. E a afirmação, repetida à exaustão, de que os portugueses suportam estoicamente todos os sacrifícios, em nome de amanhães soalheiros, diariamente empurrados para um tempo mais longínquo, que pode cair bem nos credores internacionais, irrita crescentemente os portugueses.

*Declaro que o texto que apresento é da minha autoria, sendo exclusivamente responsável pelo respectivo conteúdo e citações efectuadas.*

Abril de 2012.